

AS RECOMENDAÇÕES DA AGENDA NACIONAL DE TRABALHO DECENTE DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO ÀS POLÍTICAS DE MERCADO DE TRABALHO DOS JOVENS NOS PAÍSES BRICS: a hegemonia dos preceitos neoliberal

Wagna Maquis Cardoso de Melo Gonçalves¹

RESUMO:

Trata-se das recomendações de Políticas de Mercado de Trabalho para a Juventude (PMTJ) presente nas Agendas Nacional de Trabalho Decente (ANTD) dos Países Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), orientadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Objetiva-se identificar e analisar sob o viés crítico as Categorias das ANTD dos cinco países. Usou-se como metodologia a análise bibliográfica e documental. Valeu-se da técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011; AMADO, 2017) das ANTD dos países vigentes entre 2000 a 2019. Os resultados apontam que existem dois núcleos temáticos presentes nas ANTD e servem de orientação aos atores tripartites para recomendação das PMTJ aos países, os temas são: 1) melhorar a transição escola-trabalho e 2) combater a informalidade e o trabalho precário. As Categorias presentes na primeira temática são Aumento da Empregabilidade e Alterações no Sistema de Ensino. Já na segunda temática são: Empreendedorismo; Regulamentação Trabalhista e Proteção Social com Política Assistencial Focalizada. Ao realizar uma Análise crítica sobre as cinco Categorias dentro de um contexto histórico determinado, conclui-se que os entes tripartites da OIT estão sob a mesma visão ideológica hegemônica neoliberal e recomendam ações que implicam o uso de Categorias desta ideologia e promovem a homogeneização de políticas públicas em distintos países promovendo a continuidade da reprodução das desigualdades sem questionar as causas da pobreza e as conseqüências patológicas da acumulação capitalista, ao mesmo tempo em que contribui para distencionar os distúrbios/inconformação social.

Palavras chave: Juventude; Políticas de Mercado de Trabalho; Agenda Nacional de Trabalho Decente; Capital Humano. Organização Internacional do Trabalho

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema as recomendações de Políticas de Mercado de Trabalho para a Juventude (PMTJ) presente nas Agendas Nacional de Trabalho Decente (ANTD) dos Países Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), orientadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). O objetivo geral, portanto, é identificar e analisar as categorias presentes nas ANTD dos países BRICS. Este trabalho pretende contribuir com o debate da análise crítica sobre a hegemonia da teoria neoliberal do Capital Humano como eixo ideológico para desenho das PMTJ que a ANTD da (OIT) promove internacionalmente e para isto, usa como base as orientações de políticas no conteúdo das ANTD destes cinco países.

Os países Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, fazem parte de um Grupo cujo acrônimo/nome é BRICS. Também são uma importante arena de atuação das Organizações Internacionais à coordenação e promoção de Políticas à Juventude dentro da agenda mundial para o desenvolvimento (GONÇALVES, 2019). Os cinco países são possuidores de um gigante potencial

¹ Docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Doutora em Ciências Sociais; Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico, wagnamaquis@gmail.com

demográfico da força de trabalho juvenil em vias de formação, sendo que, juntos detém a maior parcela da força de trabalho jovem presente e futura do mundo (BANCO MUNDIAL, 2018). O Grupo BRICS foi formado em 2008 e representa um grupo econômico mundialmente conhecido por se autodeterminar contra-hegemônico ao sistema de governança global das Organização das Nações Unidas (ONU), sobretudo, no campo das instituições financeiras (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional), aos Estados Unidos e ao Grupo dos Sete – G7 [países mais ricos do mundo] (NERI, 2011 e LI, 2018).

Desde 1998, e de forma mais consistente a partir de 2003, a OIT vem buscando parcerias com Estados-Membros e Organizações Internacionais, para difundir uma agenda que promova o ‘Trabalho Decente’ como estratégia de enfrentamento da precarização e desigualdades do trabalho (PRONI E ROCHA, 2010). O termo ‘Trabalho Decente’ tem sido o eixo central nas políticas regidas pela OIT nos últimos 20 anos. Por exemplo, a ANTD lançada em 2001 e o Pacto Mundial de Emprego lançado em 2008 são dois de seus programas que carregam este termo. Ademais, outras Organizações Internacionais também vêm adotando este termo em seus programas, como por exemplo, a ONU em sua Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, lançada em 2015, cujo objetivo nº 08 da Agenda versa sobre Trabalho Decente.

Em agosto de 2001, a OIT passou a delinear internacionalmente programas com diversas estratégias que fomentam a promoção do Trabalho Decente, denominado de Agenda Nacional de Trabalho Decente. Segundo a OIT (2006), a ANTD não é, portanto, um documento autônomo apoiado apenas pelos componentes da OIT, ou pelos governantes do país em que está sendo desenvolvida, pelo contrário, ela é elaborada através de um mecanismo tripartido envolvido num processo de diálogo e cooperação técnica entre Governo, Empregadores e Trabalhadores (OIT, 2006). Dentre suas estratégias e prioridades, destaca-se, a promoção do emprego, a erradicação do trabalho infantil, o combate ao trabalho escravo incluindo o tráfico de pessoas e a migração, as reformas de segurança social, a segurança no trabalho e na saúde, a flexibilização, a igualdade de gênero, a política salarial, a qualificação e o fortalecimento do diálogo social (OIT, 2006).

Segundo Melo (2012), desde os anos 1990 a juventude vive uma crise de fraturas em suas expectativas socioeconômicas. Bauman (2013) defende que em geral, os jovens reproduzem agitações desencadeadas por suas esperanças frustradas, na decepção quanto ao cumprimento das expectativas de mobilidade crescente baseadas na autorresponsabilização pelo seu sucesso e/ou fracasso e ampliação do capital humano. Segundo Gonçalves (2019), neste modelo de mobilidade, a concepção de mundo calcada na noção de eficiência [dos homens, das instituições, dos mercados] é a preferida para dar sustentação no discurso de promoção de justiça social propagada pelas atuais políticas internacional de desenvolvimento. Bauman (2013, p. 45), avalia que a ‘súbita’ angústia dos jovens [com os acontecimentos de luta dos movimentos sociais e políticos à partir de 2010 na

Europa e Estados Unidos e seguiu mundo à fora] vem questionar a eficácia do paradigma das políticas empenhadas em preparar os jovens para o mercado de trabalho².

Assim, considera-se que, antecipando esse cenário de piora das condições de vida, imobilidade social e deterioração das relações de trabalho, sobretudo da população jovem, o viés neoliberal da Teoria do Capital Humano atua via ANTD da OIT delineando as PMTJ nos Países-Membros no sentido de aliar ações voltadas à inserção do jovem no mercado de trabalho ao mesmo tempo em que servem de atenuantes e/ou neutralizantes das inquietações e questionamentos do paradigma neoliberal vigente por parte dos jovens. Ademais, por se tratar de um modelo que busca um tipo específico de desenvolvimento econômico que se perpetue por gerações, a juventude representa o coração para sobrevivência deste modelo e por isso é importante orientar seu comportamento que sustente este tipo específico de desenvolvimento sem maiores questionamentos.

Dentro desse movimento de manutenção da hegemonia do paradigma de desenvolvimento vigente, o Banco Mundial lançou em 2006 um relatório sobre o desenvolvimento econômico e as gerações futuras, defendendo que a juventude é a próxima geração de trabalhadores, pais e líderes e que o investimento em capital humano juvenil deve se dá com a pretensão de conter o comportamento de risco e manutenção da participação regulada dos jovens abrindo a possibilidade de controle do comportamento (BANCO MUNDIAL, 2006).

Ramos (2013), identifica que é possível perceber uma densa rede de normas e regras liberais moldando as identidades e os padrões comportamentais não apenas dos Estados, mas de outras instituições políticas e também indivíduos. Sposito e Carrochano (2005, p. 146) defendem que “as políticas de juventude são normativas; prescrevem ou enfatizam normas, significados ou conteúdos simbólicos que incidem sobre expectativas de disseminação de condutas juvenis consideradas adequadas para um determinado tempo e espaço”. Por fim, Gentilli (1998) argumenta que o neoliberalismo expressa-se numa dupla dinâmica que caracteriza todo o processo de construção de hegemonia pautado a) sobre uma série de estratégias políticas, econômicas e jurídicas orientadas para encontrar uma saída dominante para a crise e b) expressa e sintetiza um ambicioso projeto de reforma ideológica de nossas sociedades com a construção e a difusão de um novo senso comum que fornece coerência, sentido legitimidade de reforma impulsionadas pelo bloco dominante.

Assim, a metodologia utilizada foi a Análise de Conteúdo das ANTD da OIT vigentes entre os anos 2000 a 2019 nesses países, devido ser uma técnica flexível e adaptável às estratégias de coleta e interpretação dos dados, que aposta na possibilidade de fazer inferências interpretativas a partir de conteúdos expressos em documentos vis a vis um referencial teórico (AMADO, 2017). Portanto, as etapas da investigação contemplaram sequencialmente: 1º) A abstração da condição do jovem no mercado de trabalho que estivesse descrita nas respectivas Agendas dos cinco países. Esse

² Para aprofundamento dos temas recomenda-se ler Baumann (2013) e Gonçalves (2019).

momento viabilizou a identificação das vulnerabilidades dos jovens nos países. 2º) A identificação dos núcleos temáticos que fundamentou as estratégias das PMTJ na ANTD. Essa etapa permitiu compreender o *corpus* teórico (tema) pertinentes nas recomendações através do recorte de fragmentos textuais presente nos documentos e por fim, 3º) A classificação e validação das Categorias que orientam as PMTJ. Amado (2017, p. 334) considera “as categorias como conceitos superordenados que resultam de um nível de abstração generalizante no qual o investigador decide situar sua apreensão do *corpus* para o tornar pertinente em relação aos seus objetivos” em um dado contexto histórico e condições de produção.

Seguindo o modelo adotado por Amado (2017), a definição das categorias se deu, inicialmente, pelo ‘esquartejamento’ das Agendas e Programas dos cinco países para extrair fragmentos textuais que orbitassem em torno dos núcleos temáticos; esta fragmentação, por sua vez, foi operacionalizada pela Unidade de Registro. Posteriormente os fragmentos ou Unidades de registros foram agrupados no sentido de uniformizá-los em Indicadores. Na sequência, foram reagrupadas através de Subcategorias menos abrangentes, até se chegar, finalmente, às Categorias mais abrangentes. Ressalta-se que a pesquisa não se utilizou um software específico. Neste caso, a construção e validação das categorias foram apoiadas em critérios rigorosos de validade qualitativa, levando em conta a adaptação da metodologia de Bardin (2011, p. 149, 150) com as técnicas de “Exclusão Mútua, Homogeneidade, Pertinência, Objetividade, Fidelidade e Produtividade”, e de Amado (2017, p. 313) com os critérios de “Exaustividade, Representatividade, Homogeneidade e Adequação”. Ao final foram obtidas as Categorias presentes nas ANTD da OIT nos países BRICS que orientaram o desenho das PMTJ de seus respectivos países.

Dessa forma, o trabalho está dividido em cinco partes, que além desta introdução e considerações finais, conta com o primeiro tópico que traz o marco histórico, a forma de introdução das ANTD em seu respectivo país e os núcleos temáticos que fundamentaram os atores tripartites em suas orientações de estratégias das PMTJ. Já o segundo tópico inicia a abstração e identificação das Categorias presentes nas orientações. Por fim, o terceiro tópico apresenta considerações críticas sobre o lado nefário das Categorias que orientam as PMTJ das ANTD dos países BRICS.

2 NÚCLEOS TEMÁTICOS PRESENTE NO CONTEÚDO DAS ANTD DOS PAÍSES BRICS

O presente tópico traz o histórico de inclusão das ANTD em cada país BRICS e a identificação dos núcleos temáticos que fundamentaram as orientações das estratégias das Políticas Públicas de Mercado de Trabalho Jovem em cada Agenda. A identificação desse núcleo permitiu compreender a matriz teórica que orientou os parceiros tripartites em suas recomendações. Segundo Souza (2014), em assuntos de políticas públicas as decisões são tomadas e os objetivos a serem alcançados são explicitados com base nos fatores e características dos processos demandados.

Assim, para guiar a exploração do material e fazer emergir os núcleos temáticos, optou-se por delimitar a codificação dos conteúdos das Agendas à partir da resposta dada a três questões: A) De que maneira as Agendas se inseriram no contexto histórico dos países?; B) Quais referências se podem abstrair nas Agendas sobre o perfil e a vulnerabilidade da juventude no mercado de trabalho em seus países? e C) Quais políticas estão sendo orientadas para a juventude? A estratégia se baseia em uma regra de análise de conteúdo utilizada para captar os temas eixos, em redor dos quais os núcleos de sentido se organizam (BARDIN, 2011; AMADO, 2017). Num primeiro momento, foi feita uma leitura flutuante e, em seguida, uma releitura atenta e ativa no sentido de encontrar as respostas. Como resultado, a leitura enveredou para os cenários apresentados ao longo deste tópico.

Tecnicamente, segundo a OIT (2006), a maneira como a ANTD se insere em um determinado país se dá primeiro através de um memorando de entendimento com o país-membro, contendo os termos de cooperação para a realização de estudos das condições de trabalho no país. Posteriormente, tem-se a formação da comissão tripartite que fará os estudos e apresentará os relatórios com as prerrogativas para aplicação das diretrizes e orientações da ANTD. Em seguida, dá-se a introdução da ANTD no país, em consonância com seu respectivo plano plurianual, de validade limitada, geralmente, entre 3 a 5 anos, com a possibilidade de ser renovada. Assim, a comissão tripartite identifica as prioridades, estabelece metas e atua para atender os objetivos laborais em um contexto econômico e de desenvolvimento para cada país (OIT, 2006).

No caso do Brasil, o compromisso com a elaboração de sua Agenda se deu no ano de 2003, através da assinatura do memorando de entendimento com o termo de cooperação, sendo que, é somente no ano de 2006 que a Agenda do Brasil é colocada em prática. Porém, foi apenas em 2010 que o país apresentou seu primeiro e único Programa Nacional de Trabalho Decente – PNTD (*Decent Work Country Programme – DWCP* em inglês), que é uma espécie de instrumento que operacionaliza a ANTD. O PNTD traz as prioridades, ações, resultados, fontes de financiamento e indicadores para verificar o progresso das políticas. O Brasil é o país pioneiro no estabelecimento de Agendas Subnacionais de Trabalho Decente, com a primeira lançada em 2007 pelo estado da Bahia. O país também é pioneiro no estabelecimento de uma Agenda específica para tratar sobre o trabalho decente dos jovens: a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ), que foi lançada em 2011 (ILO, 2019). Assim, para manter o padrão de análise das ANTD entre os países, a Agenda Subnacional e a Agenda Juventude do Brasil, não serão objetos de análise, ou seja, será analisada apenas a ANTD (2006), o PNTD (2010).

Durante os oito anos que a ANTD do Brasil levou para ser implementada (2003-2010), as condições internas retratavam um cenário de retomada de crescimento e aumento nos gastos públicos com políticas de assistência social, representando um contexto de guinada econômica e social em relação ao que se tinha nos períodos anteriores. De acordo com o que consta no PNTD

(2010, p. 09), os “anos 90 [foi um] período caracterizado por baixas taxas de crescimento econômico, aumento do desemprego e da informalidade e queda nos rendimentos reais do trabalho”, e em 2010 (...) “no momento em que foi lançado o PNTD, o país realizava progressos notáveis no campo das políticas sociais que resultaram na reversão positiva da maioria desses indicadores” (PNTD, 2010, p. 12). Contudo, a eclosão da crise econômica e financeira internacional em 2008 interrompeu uma trajetória de forte dinamismo econômico acompanhado de importantes avanços na política social e do trabalho no Brasil (PNTD, 2010).

Assim, é possível inferir na ANTD um breve cenário do perfil de vulnerabilidade da população jovem brasileira através das expressões presentes nas áreas prioritárias de atuação para esta população. O memorando de entendimento estabelecido em 2003 para implementação da ANTD no Brasil previa como área prioritária, isto é, a demanda: “a geração de emprego, microfinanças e capacitação de recursos humanos, com ênfase na empregabilidade dos jovens; (...) combate ao trabalho infantil e à exploração sexual de crianças e adolescente, ao trabalho forçado e a discriminação no emprego e na ocupação” (ANTD, 2006, p. 08). Ademais, também consta linhas de ações voltadas excepcionalmente para o “Fortalecimento de políticas de promoção do emprego de jovens” (ANTD, 2006, p. 11) e para a “Implementação de programas e ações de combate à discriminação no trabalho com atenção especial para mulheres, população negra, jovens, idosos, pessoas vivendo com HIV/Aids e pessoas com deficiência” (ANTD, 2006, p. 12). Ainda há também o combate ao trabalho infantil que está em consonância com a “Convenção nº 138, de 1973, sobre idade mínima para admissão no emprego” da OIT (ibidem, p. 13).

Por fim, o PNTD de 2010 também traz as ações a serem alcançadas em matéria de políticas de emprego juvenil no Brasil, por exemplo: na “Prioridade 1: Gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento”, prevê como resultado esperado:

c) Fortalecimento do Sistema Público de emprego, trabalho e renda por meio da integração das políticas de qualificação profissional, de intermediação de mão de obra e de seguro-desemprego, e da ampliação das políticas de qualificação profissional e intermediação de mão de obra, especialmente para jovens, mulheres e população negra (PNTD-BRASIL, 2010, p. 20 e 21).

Mais adiante as respostas de todos os países serão colocadas em perspectivas, por ora seguiremos para os demais países. No caso da Federação Russa, consta nos relatórios sobre os Programas Nacionais de Trabalho Decente do Escritório da Europa Oriental e Ásia Central, que este país não possui formalmente uma ANTD e/ou um PNTD (ILO, 2019). Entretanto, o mesmo relatório informa que este país apóia os elementos centrais quanto à abordagem prática do Trabalho Decente em suas políticas de mercado de trabalho, ou seja, o país não possui uma ANTD, mas há a presença de seus elementos centrais em políticas distintas. Um exemplo está na cooperação entre a OIT e o Ministério da Saúde da Rússia, em curso desde 2006, de um programa para padronizar o

sistema de normas de segurança profissional e de controle e segurança do trabalho, o último plano de cooperação foi acordado em 2016, para a vigência entre 2017-2020 (GONÇALVES, 2019); considera-se que esta cooperação representa o cumprimento da Rússia quanto às prioridades dos pilares da ANTD sem estruturar-se formalmente em uma Agenda, atuando na assistência e formação das novas relações sociais e trabalhistas dentro dos princípios da ANTD (ILO, 2019). A OIT e o Ministério do Trabalho da Rússia também possuem uma estreita colaboração em consultorias sobre o Código Trabalhista Russo, a modernização de padrões ocupacionais, o desenvolvimento de instrumentos e procedimentos de avaliação ocupacionais, sindicato, produtividade, emprego jovem e feminino dentre outras cooperações (ILO, 2019).

Dessa forma, considera-se que tais cooperações expressam, na prática, a inserção dos preceitos da ANTD, constituindo-se uma Agenda própria. Apesar destes fatos, em 2008 a comissão tripartite produziu um relatório contendo o estudo, as recomendações e as diretrizes à introdução de uma ANTD no país (VASILIOUK, 2008). Por esse motivo, foi mantido na pesquisa o caso da Rússia, pois usou-se este relatório como objeto de análise na pesquisa, tendo em vista que há a presença das recomendações de políticas orientadas da OIT à Rússia sobre uma ANTD, mesmo que não haja uma ANTD implementada. Por fim, deve-se ressaltar que este tipo de relatório representa a fase preliminar para introduzir uma Agenda em qualquer país e, apesar de não se tratar de uma ANTD formal, ele descreve com fidedignidade as demandas de políticas públicas para a juventude Russa naquele contexto histórico.

A história capitalista recente da Rússia informa que a mesma ainda se encontra em processo de formação das relações de mercado na esfera do trabalho, sendo que a OIT está auxiliando-a no estabelecimento das normas ligadas ao trabalho (ILO, 2019). A cooperação entre Rússia e OIT se intensificou, sobretudo, no segundo ciclo econômico russo pós fim da União das Repúblicas Socialista Soviética (URSS). Este período foi marcado por tendências positivas nos salários, aumento do poder de compra, redução dos níveis de pobreza e desigualdade salarial (VASILIOUK, 2008). Porém, as condições trabalhistas que tais tendências se desenvolveram são controversas.

Segundo o relatório da OIT, apesar da redução da desigualdade salarial que vem ocorrendo desde 2001, “cerca de metade de todos os empregados podem ser considerados trabalhadores de baixa remuneração” (VASILIOUK, 2008, p. 36). Para a autora não há uma explicação precisa sobre a redução da pobreza e desigualdade na Rússia após 2001, mas entre os fatores mais significativos estão a desvalorização do rublo, substituição de importações, o pagamento dos salários atrasados, redução do desemprego e aumento do horário de trabalho. Estes fatores colocaram em xeque a conexão linear entre qualificação profissional e salários na Rússia e o excesso de crescimento dos salários reais em relação à produtividade do trabalho (VASILIOUK, 2008)

Segundo Vasiliouk (2008), entre 1995 e 2007, houve um crescimento acelerado dos salários mais altos de trabalhadores de elevadas escolaridade em comparação aos trabalhadores de baixos salários e escolaridades. Porém, a taxa de crescimento dos salários dos trabalhadores de baixa remuneração começou a exceder a dos trabalhadores de elevada remuneração, que levou à redução da desigualdade salarial a partir de 2001. Tem-se, então, um cenário de redução dos retornos da educação e ocupação, culminando na proposta de reformar e modernizar o sistema educacional, pois o diagnóstico do relatório atestou que os parceiros sociais e o governo acreditavam que sistema o educacional não fornecia as competências exigidas pelas empresas (VASILOUK, 2008).

Assim, relacionar de que forma os episódios relatados impactaram na população jovem não foi muito complexo. Sobretudo, quando há no relatório a exposição de parcerias entre governo e setor empresarial buscando alinhar as necessidades do mercado de trabalho com o sistema educacional para reduzir as incompatibilidades de competências dos jovens graduados que enfrentam dificuldades em encontrar emprego, a fim de facilitar as transições da escola para o trabalho (VASILOUK, 2008). No entanto, o fato mais significativo no Relatório sobre a condição de vulnerabilidade juvenil é o problema do trabalho infantil, fator este impulsionado essencialmente pela escala de trabalho e renda das famílias, aliado à disponibilidade de trabalhos precários e facilmente acessíveis a jovens que não possuem profissões ou habilidades (ibidem, p. 121).

O trabalho infantil impede crianças e adolescentes ao acesso à educação e ao tempo livre, além de apoiar a perpetuação das condições de vulnerabilidade que as famílias vivem. Consta no Relatório que a ANTD não pode ser concretizada até que o trabalho infantil e o trabalho forçado sejam impedidos. Entretanto, este é justamente o motivo que a impede a ANTD de ser implantada, pois na ocasião, parte dos representantes dos empregadores da comissão tripartite não reconheceram ou assumiram tais práticas e não endossaram a formalização da ANTD (VASILOUK, 2008). Assim, visto as principais condições de vulnerabilidade da juventude que sinalizam para demandas de políticas no mercado de trabalho na Rússia, passaremos a analisar o caso indiano.

No caso da Índia, o processo de formulação do DWCP foi iniciado em 2003, com uma série de consultas formais e informais com os parceiros tripartites e a OIT. Em 2006, o *Decent Work Country Programme* (DWCP ou PNTD em português) foi adotado com vigência para 2007-2012. Em 2013, foi lançado o segundo DWCP que ficou vigente nos períodos de 2013-2017. Em 2018 a Índia iniciou a vigência de seu terceiro DWCP (2018-2022). Dessa forma, em 2007, quando começou a vigorar seu primeiro DWCP, o contexto interno da Índia demonstrava a necessidade de sustentar seu crescimento econômico intensivo em mão de obra (DWCP, 2007).

Havia explicitamente neste documento a constatação que as forças motrizes para o crescimento econômico e o desenvolvimento social indiano dependiam crucialmente da expansão das capacidades de qualificação da força de trabalho com habilidades e conhecimento (DWCP,

2007). Era o momento apropriado para a Índia concentrar-se no seu desenvolvimento, mas de acordo com o DWCP (2007), o país enfrentava o desafio urgente de aumento da educação e dos níveis de habilidades de sua população e, assim, aproveitar esse momento único da sua história. Porém, o cenário de crescimento mudou e, em 2013, a economia havia desacelerado rapidamente. É nesse contexto em que emerge o segundo DWCP. Se, no primeiro DWCP da Índia “A escassez de aptidões, tanto em qualidade como em quantidade, é reconhecida como um grande gargalo na sustentação do desenvolvimento socioeconômico, no alto crescimento industrial e na satisfação da demanda global por profissionais indianos” (DWCP, 2007, p. 03, Tradução minha), na segunda geração do DWCP, os fundamentos para retornar a uma taxa mais elevada de crescimento a longo prazo pairavam em temas como demografia, poupança/taxas de investimento elevados, aumento de recursos para infraestrutura e desenvolvimento de competências (DWCP, 2013a). É neste raciocínio que a Índia buscou direcionar seus trabalhos no aproveitamento do dividendo demográfico jovem.

No atual contexto indiano, muitos jovens, especialmente mulheres, lutam para adquirir habilidades e lograr sucesso na transição escola-trabalho. De fato, na ocasião de implementação do primeiro DWCP, os principais entraves do crescimento estavam nos baixos níveis de educação e habilidades; oportunidades limitadas e acesso ao treinamento e as formas informais de aquisição de habilidade através do aprendizado geracional; e a incompatibilidade entre oferta e demanda de habilidades (DWCP, 2013a). No entanto, a realidade indiana aponta a presença de pouco mais de 90% dos trabalhadores atuando no mercado de trabalho informal, em que há ‘naturalmente’ a predominância de baixos níveis de educação e habilidades, cuja estrutura social dividida em castas limitam as chances de emprego com remuneração adequados (GONÇALVES, 2019).

Com o foco nessa realidade, o segundo DWCP levou a cabo estratégias tanto para aumento das habilidades de sua população, como para o desenvolvimento do empreendedorismo como alternativa de combater a informalidade. Desse modo, a comissão tripartite do Programa logrou de um lado investir em programas de aquisição de habilidades exigidas pelos empregadores, especialmente para mulheres e jovens, para promover o sucesso da transição escola-trabalho. Por outro lado, também priorizou a promoção do empreendedorismo, com foco em micro e pequenas empresas, para fortalecer a promoção da sustentabilidade empresarial, dos trabalhadores independentes, domiciliares e pequenos produtores, sobretudo, mulheres e jovens (DWCP, 2013a).

Seguindo a análise dos países, a introdução da Agenda na China, se assemelha à história da Índia. Neste país, o primeiro DWCP foi lançado em 2006, com vigência entre 2006-2010; o segundo programa foi assumido para 2013-2015 e o terceiro ficou em vigência entre 2016 e 2020. Com relação ao primeiro Programa, este começou a ser articulado com a OIT no ano 2001, foi concluído em 2005 e implementado a partir de 2006. Nesse período, a preocupação das autoridades chinesas estava pautada no fenômeno de migração rural-urbana e suas implicações na mobilidade

desordenada do mercado de trabalho (DWCP, 2006). Segundo o documento em questão, tratava-se de um momento de pressão da oferta de mão de obra e aumento do desemprego em áreas urbanas, não só advindos da mão de obra excedente rural, mas também pelos recém-graduados universitários e trabalhadores demitidos que acabaram comprometendo a então estrutura de emprego calcada dentro de um padrão de crescimento industrial extensivo e baixa produtividade.

No fim da primeira década dos anos 2000, as forças produtivas do país e o cenário internacional melhoraram significativamente. O contexto revelava um aumento no número de emprego urbano, assim como a melhoria dos serviços de formação profissional e de intermediação de emprego que ajudou aos recém-graduados, trabalhadores migrantes rurais, ex-soldados e residentes urbanos com dificuldade em encontrar emprego. Nos últimos tempos, os chineses ficaram mais ricos, mais educados e saudáveis do que nunca (DWCP, 2013b).

Entretanto, mesmo que na ocasião a China estivesse passando por um processo de reestruturação industrial e atualização tecnológica, a centralidade de políticas de atualização e aprimoramento do currículo profissional e escolar para atender às necessidades do setor produtivo foram levadas à cabo somente no segundo DWCP. Assim, o foco da segunda geração do DWCP, à partir de 2013, estava em ações de desenvolvimento de habilidades dos trabalhadores de alta qualificação e aumento da empregabilidade e competitividade nos vários níveis de qualificação. Contudo, segundo o DWCP (2013b) a persistência de problemas antigos como a situação social dos migrantes rurais, jovens, universitários e outras pessoas desfavorecidas continuaram a impor desafios para alcançar o pleno emprego chinês.

Por fim, tem-se o caso da África do Sul, cujo o primeiro DWCP ficou vigente entre 2010-2015. Em 2016 o segundo DWCP começou a ser formulado, mas colocado em prática somente em 2018 com o lançamento da segunda geração do DWCP (2018-2023). O processo de análise e desenho do DWCP começou em 2006 com o levantamento das questões-chave das políticas trabalhistas e sociais e dos principais déficits de trabalho decente do país. No entanto, o programa somente foi implementado para o período de 2010-2014 (DWCP, 2010). Atualmente a África do Sul se encontra em seu segundo Programa Nacional de Trabalho Decente. O processo de inclusão do primeiro DWCP ocorreu no contexto de uma crise financeira e econômica global que colocou em xeque os ganhos significativos de emprego que vinham ocorrendo no período pré-crise.

Desde 2003, a África do Sul vinha caminhando no sentido de redução dos níveis de desemprego. As políticas macroeconômicas de abertura comercial e reestruturação produtiva, iniciadas em 1994, contribuíram para parte dessa redução (DWCP, 2010). No entanto, o DWCP (2010) chama a atenção que, embora essas políticas tenham contribuído positivamente para o crescimento econômico, elas não resultaram, necessariamente, em um crescimento proporcional no emprego ou na redução da pobreza, pois os setores mais beneficiados foram os de exportação das

commodities, com elevada mecanização e uso intensivo de capital. No mesmo período, o governo levantou esforços para reestruturar o setor educacional e desenvolvimento de habilidades de forma a torná-los mais receptivos às novas demandas da economia sul-africana. No entanto, segundo o DWCP (2010), a escassez de habilidades para o setor industrial, especialmente entre os jovens, contribuiu de forma considerável para seus altos níveis de desemprego, pois uma grande proporção permanece pouco qualificada, mesmo o país realizando investimentos em educação desde 1994.

Neste cenário, os parceiros tripartites sulafricanos encontraram no desenvolvimento de Pequenas, Médias e Micro-empresas uma estratégia-chave para aliviar a pressão sobre o mercado de trabalho local e a pobreza da África do Sul; tal estratégia também foi ladeada com a implantação do Programa de Obras Públicas que cria oportunidades de emprego temporário no setor público de construção civil, com foco especial em jovens, mulheres e grupos vulneráveis (DWCP, 2010).

Assim, as primeiras constatações da leitura dos oito documentos referentes às Agendas destes cinco países ficaram diagnosticadas: 1) que a OIT utiliza práticas diferentes de inserção de uma ANTD em um país-membro, pois viu-se que os casos da África do Sul, China e Índia se deram de formas semelhantes, no entanto, o caso brasileiro e o russo se deu de forma singular; 2) que a leitura dos documentos aponta à presença de um padrão que vincula os acontecimentos econômicos nacionais e internacionais com as demandas das políticas de juventude e 3) que o padrão encontrado, embora apresentado de forma complexa nos documentos, interage em duas dimensões e em busca de dois núcleos temáticos, apresentados no Quadro 01 abaixo.

Quadro 1: Núcleo temático presente nas prioridades políticas para os jovens nas ANTD dos países BRICS

CODIFICAÇÃO DO NÚCLEO TEMÁTICO		
Núcleo/tema 01: Melhorar a Transição Escola-Trabalho	Países	Núcleo/tema 02: Combater a Informalidade e o Trabalho Precário
Aumento da Empregabilidade; Ampliação das políticas de qualificação profissional e intermediação de mão de obra.	BRASIL	Combater a exploração sexual dos adolescentes; a discriminação do emprego e ocupação e o trabalho infantil através da legalização da idade mínima de inserção no mercado de trabalho.
Modernizar o sistema educacional alinhando com as necessidades do mercado de trabalho para reduzir as incompatibilidades das competências dos jovens.	RÚSSIA	Combater o trabalho infantil e os trabalhos precários que são facilmente acessíveis a jovens de baixa qualificação.
Investir na promoção da aquisição de habilidades.	ÍNDIA	Formalização do trabalho informal através da promoção do empreendedorismo.
Aumento da empregabilidade e competitividade.	CHINA	Empreendedorismo.
Reestruturar o setor educacional e desenvolvimento de habilidades.	ÁFRICA DO SUL	Criar oportunidades de emprego temporário na construção de obras públicas e o desenvolvimento de pequenas, médias e micro-empresas.

Fonte: ANTD (2006), PNTD (2010); Vasiliouk (2008); DWCP (2007), DWCP (2013a); DWCP (2006), DWCP (2013b) e DWCP (2010). Elaboração Própria em 2019.

O Quadro 01 foi construído à partir da leitura das Agendas na busca de responder as três questões inicialmente levantadas neste tópico. Assim, as respostas foram organizadas de forma estruturada e sintética, para apoiar a identificação dos núcleos temáticos. É a partir da identificação

dos núcleos temáticos que emergem as categorias em metodologias de Análise de Conteúdo. Segundo Bardin (2011), essa etapa da Análise, representa a ‘codificação’, isto é, o processo de tratamento dos dados brutos, agregados em unidades, que descrevem com exatidão as características pertinentes do conteúdo. Neste caso, a codificação definiu duas áreas temáticas 1) garantir o sucesso da transição escola-trabalho e 2) combater a informalidade e o trabalho precário.

A definição do primeiro tema compreende a ênfase que os cinco países atribuem à incompatibilidade das competências dos jovens às demandas de mercado, da necessidade de aumento da empregabilidade e da reforma do aparelho educacional para adequá-los ao mercado. Já a definição do segundo tema compreende a ênfase que os países atribuem à necessidade de formalização do trabalho informal e do combate ao trabalho precário e à exploração infanto-juvenil, as ênfases podem ser acompanhadas no Quadro 01 e também nos Quadros 02 e 03, a frente.

Assim, as três perguntas inicialmente levantadas para guia de leitura das Agendas permitiram apreender os dois núcleos temáticos que fundamentaram o *corpus* teórico da Comissão tripartite no âmbito da confecção das Agendas e Programas Nacional de Trabalho Decente. Esta etapa da pesquisa representa o primeiro esboço da obtenção das categorias. No próximo tópico, a pesquisa apresentará o delineamento das categorias presentes nas ANTD.

3 AS CATEGORIAS DAS POLÍTICAS DE MERCADO DE TRABALHO À JUVENTUDE NA AGENDA NACIONAL DE TRABALHO DECENTE DOS PAÍSES BRICS.

O aspecto mais importante da análise de conteúdo, segundo Amado (2017), é o fato desta técnica permitir uma rigorosa e objetiva representação do conteúdo através da sua codificação em núcleos temáticos e classificação por categorias e subcategorias em busca de captação do seu sentido pleno, por zonas menos evidentes emergidas pelo referido contexto histórico ou condições de produção. Apesar de todo o processo de Análise de Conteúdo se assentar num movimento de vai e vem, foi possível, após várias classificações, obter o apuramento final das categorias, conforme está esboçado nos Quadros 02 e 03 a seguir.

Cada Quadro abaixo (02 e 03) diz respeito a um dos núcleos temáticos apresentados no tópico anterior. Cada coluna dos quadros representa uma etapa metodológica utilizada à construção das Categorias. A última coluna (da esquerda à direita) contém os fragmentos extraídos das Agendas compreendidos entre as orientações das ações que serão aplicadas nas PMTJ, estes fragmentos são denominados de Unidades de Registro. As letras em parênteses e em negrito, no início de cada Unidade de Registro, é a sigla do respectivo país que a Agenda recomenda. As Unidades de Registro foram agrupadas de acordo com o sentido dos seus Indicadores, que representa a coluna denominada por este nome. Cada Indicador deu origem a uma Subcategoria menos abrangente (segunda coluna), que por sua vez, originou a Categoria propriamente dita.

Quadro 2: Categorias referente à temática 01

TEMA: MELHORAR A TRANSIÇÃO ESCOLA-TRABALHO			
Categoria	Subcategoria	Indicador	Unidades de Registro (Países B, R, I, C, S)*
AUMENTO DA EMPREGABILIDADE	Qualificação profissional	1 - Aumentar ou investir na qualificação e/ou formação profissional dos jovens	<p>(B) (...) da ampliação das políticas de qualificação profissional e intermediação de mão de obra, especialmente para jovens, mulheres e população negra.</p> <p>(I) (...) Fortalecimento dos serviços de emprego e treinamento para jovens subempregados e desempregados.</p> <p>(C) (...) há uma identificação da escassez de competências e a necessidade de melhorar a empregabilidade e os níveis de qualificação (...) programas eficazes para desenvolver uma força de trabalho qualificada, melhorar a empregabilidade dos trabalhadores e a competitividade.</p> <p>(S) O desenvolvimento de habilidades aumenta a empregabilidade dos trabalhadores e a inclusão do crescimento</p>
	Experiência profissional	2 - Estímulo ao estágio	<p>(B) Aprovação e início da execução do Plano Nacional de Aprendizagem Profissional (PNAP). (...) 800.000 a 1.200.000 contratos de aprendizagem registrados de acordo com as diretrizes do PNAP.</p> <p>(R) (...) atualizar os sistemas de desenvolvimento de habilidades, incluindo estágios.</p> <p>(C) (...) É necessário estabelecer uma maior coordenação entre escolas, centros de formação, empresas e aprendizagem no local de trabalho (...) Promoção de sistemas de treinamento orientados para o mercado para combinar a formação com o emprego.</p>
ALTERAÇÕES NO SISTEMA DE ENSINO	Reformar/ou modernizar o sistema de ensino de acordo com as demandas de mercado	3 - Investir na educação de acordo com as áreas estratégicas ditadas pelo mercado	<p>(R) (...) O objetivo era alinhar as necessidades do mercado de trabalho com o sistema educacional russo e reduzir as incompatibilidades de competências dos jovens.</p> <p>(I) (...) estudos relevantes, isto é, avaliação de Institutos de Treinamento Industrial/Centros de Treinamento Industrial e metodologia para identificação de necessidades de habilidades e (...) implementação de programas piloto com estratégias integradas com foco em habilidades, em áreas selecionadas Como parte de um mercado de trabalho inclusivo para homens, mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis, enfatizar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Competências.</p> <p>(C) O currículo de educação e formação profissional requer um maior desenvolvimento e atualização com as necessidades do mercado de trabalho.</p>

Fonte: ANTD (2006), PNTD (2010); Vasiliouk (2008); DWCP (2007), DWCP (2013a); DWCP (2006), DWCP (2013b) e DWCP (2010). Elaboração própria, 2019

*Brasil (B), Rússia (R), China (C), Índia (I), África do Sul (S)

Com relação ao Quadro 02, que diz respeito ao núcleo temático: ‘melhorar a transição escola-trabalho’, foram abstraídas duas categorias mais abrangentes: ‘Aumento da Empregabilidade e Alterações no Sistema de Ensino’. Percebe-se que os fragmentos que compõem a coluna Unidade de Registros trazem conteúdo de orientações políticas presente nas ANTD relacionado ao ‘Aumento da empregabilidade’ dos jovens. Assim, esta Categoria mais abrangente é precedida pelas Subcategorias ‘qualificação profissional’ e ‘experencial profissional’. No caso da segunda Categoria ‘Alterações no Sistema de Ensino’, esta é precedida somente por uma subcategoria que é

‘Reformar/ou modernizar o sistema de ensino de acordo com as demandas de mercado’, pois as Unidades de Registro informam ações que visam investir na educação de acordo com as áreas estratégicas ditadas pelo mercado e a criticam a ineficiência das escolas que não compatibilizam os currículos com o que o mercado demanda.

QUADRO 03: Categorias referente à temática 2

TEMÁTICA: COMBATER A INFORMALIDADE E O TRABALHO PRECÁRIO			
Categoria	Subcategoria	Indicador	Unidade de Registro (Países* B, R, I, C, S)
EMPREENDEORISMO	Empreendimento de iniciativa individual	4 – Aumento da formalização ampliando os estímulos fiscais e financeiros/ crédito para Micro, Pequena e Média Empresa	<p>(B) Direcionamento de investimentos públicos e privados e estímulos fiscais e financeiros a setores estratégicos para a geração de emprego e a promoção do desenvolvimento sustentável, por meio de (...) (iii) micro e pequenas empresas; (...) Ampliação do acesso das micro e pequenas empresas (...) ao crédito e demais recursos produtivos. (...) Aumento de 20% a 40 % dos investimentos, do crédito e dos estímulos fiscais para os setores estratégicos e/ou intensivos em mão de obra. E também a micro e pequenas empresas (...) por intermédio de órgãos governamentais.</p> <p>(R) Melhorar a qualidade dos programas de política laboral ativa, em especial ao empreendedorismo</p> <p>(I) Abordagens institucionais para potenciais empresários começar e desenvolver suas próprias micro e pequenas empresas</p> <p>(C) A criação de pequenas e médias empresas continuará a ser um meio importante para a criação de emprego. Mas, para desempenhar esse papel, é preciso melhorar os aspectos financeiros, empréstimos, crédito e tributação para melhor apoiar o início e a expansão dos negócios (...) Melhorar as políticas de emprego para apoiar o desenvolvimento de (...) pequenas e microempresas (...)Desenvolvimento empresarial sustentável centrado no empreendedorismo e no desenvolvimento de negócios para mulheres e jovens.</p> <p>(S) Apoiar as iniciativas políticas que criem de um ambiente propício e fortaleça ao empreendedorismo(...) criar ambiente propício para o desenvolvimento empresarial.</p>
	Empreendimento de iniciativa coletiva	5 – Aumento da formalização ampliando os estímulos fiscais e financeiros/ crédito para a economia solidária, cooperativas e agricultura familiar.	<p>(B) Direcionamento de investimentos públicos e privados e estímulos fiscais e financeiros a setores estratégicos para a geração de emprego e a promoção do desenvolvimento sustentável, por meio de: (i) empresas sustentáveis; (ii) empreendimentos para a melhoria ou conservação da qualidade ambiental. (...) (iv) cooperativas e empreendimentos de economia solidária; (v) agricultura familiar (...) Ampliação do acesso das cooperativas e dos empreendimentos da economia solidária e da agricultura familiar ao crédito e demais recursos produtivos (...) Aumento de 20% a 40 % dos investimentos, do crédito e dos estímulos fiscais para os setores estratégicos e/ou intensivos em mão de obra. E também cooperativas e empreendimentos de economia solidária por intermédio de órgãos governamentais e agricultura familiar.</p> <p>(I) Abordagens de trabalho decente integradas na implementação do Programa Nacional de Garantia de Emprego Rural (...) o objetivo será promover meios de subsistência sustentáveis e Trabalho Decente abordando elementos chaves como: desenvolvimento de empresas [rurais].</p> <p>(S) Apoiar as iniciativas políticas que criem um ambiente propício e fortaleça ao empreendedorismo(...) criar ambiente propício para o desenvolvimento (...) da economia social e cooperativa.</p>

REGULAMENTAÇÃO TRABALHISTA	Formalização de trabalhadores	6 - Leis e políticas que facilitem a formalização do trabalhador	<p>(B) Desenvolvimento de iniciativas legislativas e de políticas para facilitar a transição das atividades informais para a formalidade.</p> <p>(R) Criar uma nova legislação para contratos de trabalho sobre formas de emprego não padronizadas (trabalho em casa, de agência, individual etc.) e promoção do autoemprego.</p> <p>(I) Promover a formalização de trabalhadores informais (...) legislação de previdência social para trabalhadores na economia informal.</p> <p>(C) As políticas de emprego serão melhoradas para apoiar o (...) emprego flexível (...) Melhorar a (...) análise das novas formas de emprego precário e informalidade e a divulgação de políticas que facilitem o crescimento da produtividade e a transição para a formalidade.</p> <p>(S) Empreender iniciativas políticas em áreas que facilitem a transição das atividades formais para a formalidade (...) rever as formas atípicas de relações de trabalho.</p>
	Melhorar as condições de trabalho	7 - Leis e políticas que vise a manutenção do ambiente e saúde do trabalhador dentro de padrões laborais seguros	<p>(B) Identificação de mecanismos e desenvolvimento de ações voltadas à garantia de um ambiente de trabalho seguro e saudável (...) Implementação de programas e ações de combate à discriminação no trabalho (...) Implementação de uma Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador em consonância com as normas internacionais do trabalho sobre a matéria.</p> <p>(R) Promover a conformidade no local de trabalho e assegurar as condições de trabalho decente.</p> <p>(I) Mais mulheres e homens, tanto na economia formal e informal, têm acesso a (...) melhores condições de trabalho.</p> <p>(C) Fortalecer o diálogo social, o quadro jurídico e a aplicação do direito do trabalho para promover relações laborais harmoniosas, equidade e justiça.</p> <p>(S) Fortalecer a capacidade nacional para a aplicação de normas de segurança e saúde, melhorando a segurança e fortalecendo a inspeção no local de trabalho para o cumprimento das normas.</p>
PROTEÇÃO SOCIAL COM POLÍTICAS ASSISTENCIAIS FOCALIZADAS	Transferência de renda condicionada	8 - Proteger os trabalhadores contra a pobreza e o trabalho precário através da contrapartida da participação em alguma atividade laborativa vinculada com a finalidade de receber renda mínima	<p>(B) Aperfeiçoamento dos programas de transferência de renda condicionada e sua articulação com as políticas de geração de emprego, trabalho e renda e de desenvolvimento econômico local.</p> <p>(R) Proteção Social (...) Elaboração de programas sociais (...) que deverá visar a eliminação das condições socioeconômicas que obrigam os adolescentes ao mercado de trabalho (...) deve prever as intervenções sociais específicas, a fim de garantir oportunidades de formação educacional e vocacional para crianças sem famílias.</p> <p>(I) A relevância de políticas e programas específicos para criação de emprego e proteção social para combater a pobreza (...) com Programas de Infraestruturas Intensivas de Emprego (...) restaurar o papel das bolsas de trabalho, mas também estender seus serviços à economia informal.</p> <p>(C) Avaliar e divulgar inovações políticas, tais como sistemas públicos de garantia de emprego, obras públicas de emergência e serviços através de esquemas diretos de criação de emprego e sua interação com as transferências de dinheiro e outras estratégias de proteção social.</p> <p>(S) A implantação do programa ampliado de obras públicas constitui um componente crítico da resposta nacional à crise econômica global.</p>

	Transferência de renda NÃO condicionada	9 - Proteger os trabalhadores contra a pobreza e o trabalho precário através da transferência de uma renda mínima sem vinculá-los à participação em alguma atividade laborativa	<p>(B) Desenvolvimento de mecanismos de extensão social progressiva da proteção social para os trabalhadores e trabalhadoras da economia informal.</p> <p>(R) O Estado deve fornecer benefícios expressos em termos monetários (...) em pagamentos sociais.</p> <p>(I) Mais mulheres e homens, tanto na economia formal e informal, têm acesso a proteção social.</p> <p>(C) Desenvolvimento de pensões básicas e de seguro social para todos.</p> <p>(S) A proteção social não se estende às pessoas pobres em idade ativa que estão desempregadas ou que nunca tenham ocupado um emprego (...) explorar as políticas que promovam a proteção universal da renda.</p>
--	---	---	---

Fonte: ANTD-Brasil (2006), PNTD (2010); Vasiliouk (2008); DWCP (2007), DWCP (2013a); DWCP (2006), DWCP (2013b) e DWCP (2010). Elaboração própria, 2019

Com relação à construção das Categorias que compõem a temática 2: ‘Combater a Informalidade e o Trabalho Precário’, foram identificadas três categorias de maior abrangência: ‘Empreendedorismo; Regulamentação Trabalhista e Proteção Social com Política Assistencial Focalizada’. A leitura e recorte dos fragmentos textuais das Agendas indicam que as orientações políticas à Categoria ‘Empreendedorismo’ estão relacionadas ao fomento de Empreendedorismo de iniciativa individual como fomentar as Micro e Pequenas empresas, e o autoempreendedorismo; como também fomentar as cooperativas, associações e agricultura familiar. Nesse caso, todas as orientações políticas extraídas em Unidades de Registro dizem respeito ao fomento do empreendedorismo seja individual ou coletivo como forma de combate a informalidade.

Na identificação da segunda Categoria da temática 2, ‘Regulamentação Trabalhista’, as ‘Unidades de Registro’ do Quadro 03, acima, demonstra orientações para que os países reformulem ou elaborem novas Leis e políticas que orientem tanto à manutenção do ambiente e saúde do trabalhador dentro de padrões laborais seguros, bem como sua formalização. Por fim, a terceira Categorias ‘Proteção Social com Políticas Assistenciais Focalizadas’ emergiu à partir da identificação de orientações contidas nas Unidades de Registro, cuja preocupação e orientação das Agendas estava sobre a proteção da população vulnerável, onde o Estado promoveria Programas de Transferências de Renda como política de proteção social, onde uma parte dos beneficiários ofereceriam contrapartidas, e outra parte não, para receberem benefícios monetários.

Por fim, após a investigação exaustiva, a confrontação sistemática dos dados, temas e fragmentos, e de posse das categorias devidamente validadas pelos critérios definidos por Bardin (2011) e Amado (2014), em metodologias de Análise de Conteúdo, foi possível chegar a um sistema satisfatório contendo nove Subcategorias menos abrangentes, cinco Categorias mais abrangentes e duas áreas temáticas. Portanto, as principais ações constantes nas ANTD dos países BRICS como orientação política para as PMTJ enfatizam as Categorias a) Aumento da Empregabilidade, b) Alterações no Sistema de Ensino, c) Empreendedorismo, d) Regulamentação Trabalhista e e) Proteção Social com Política Assistencial Focalizada.

4 AS CATEGORIAS NORTEADORAS DAS POLÍTICAS DE MERCADO DE TRABALHO À JUVENTUDE NOS PAÍSES BRICS: Onde está o problema?

Desde o final dos anos 1980 os jovens vêm atravessando um contexto histórico de transformações, sobretudo no campo produtivo, com piora em sua situação no mercado de trabalho (GONÇALVES, 2019). Considera-se que as orientações oferecidas nas ANTD dos BRICS partem de um diagnóstico que evidenciam essa condição de piora de vida de sua população jovem. Portanto, responder tais demandas de juventude é mais do que imperiosa e justa. Acontece que a forma como as respostas estão dadas merece passar por uma grande reflexão. Assim, analisaremos criticamente as Categorias presentes nas Agendas.

O primeiro diagnóstico, isto é, Núcleo Temático, das demandas de políticas de juventude está na dificuldade da transição do jovem dos bancos escolares para o mercado de trabalho. Segundo o Comitê tripartite da OIT, a resolução deste problema se daria, de um lado, aumentando a empregabilidade dos jovens e, de outro, alterando o sistema de ensino. As duas orientações/Categorias se complementam mutuamente. Segundo Souza e Pereira (2006), o termo empregabilidade foi desenhado em um cenário histórico de dificuldades no campo social e econômico de retração do investimento no setor produtivo, aumento do desemprego, insegurança no trabalho, desproteção social e mudança no paradigma produtivo. Nesse sentido, o termo emergiu sob a ótica de equiparar o perfil dos candidatos aos empregos dando-lhes habilidades que correspondam à demanda de um mercado excludente (SOUZA E PEREIRA 2006).

Assim, “A empregabilidade converte-se, num corolário de conhecimentos, habilidades e esforço individual de adequação” (SOUZA E PEREIRA, 2006, p. 74), pois a responsabilidade de obter, manter e mudar no emprego é transferida de uma perspectiva social para uma perspectiva individual. Deste modo, manter-se empregável de acordo com as demandas de mercado é a atual condição [mas não garantia] de inserção no mercado de trabalho. É nessa esteira que expressões como ‘qualificação’, ‘competência’, ‘formação’ e ‘experiência profissional’ dão sentido à nova

cultura do trabalho de ‘tornar-se empregável’ frente aos novos imperativos de mercado (GONÇALVES, 2019).

De acordo com as pautas das ANTD, para melhorar a transição escola-trabalho é necessário que o jovem seja empregável, que possua tanto credenciais elevadas quanto a formação escolar, experiência e qualificação profissional. Entretanto, do ponto de vista dos atores tripartites, tais requisitos não estão suficientes. Logo, entra em cena a segunda orientação: alterar/modernizar/adequar o sistema de ensino. Nas últimas décadas, vê-se organismos internacionais atuando na ‘conscientização’ dos países para o ajuste do sistema de ensino e fazer face às necessidades de um sistema produtivo que constantemente incorpora novas bases tecnológicas (GONÇALVES, 2019). Segundo Frigotto (2002, p. 46 e 47), “a produtividade da escola improdutiva já não é de todo funcional à ordem capitalista”. Para Frigotto (2002) a educação permuta seu valor enquanto direito do cidadão e dever do Estado, para o valor intrínseco em atender às demandas do mercado.

A educação é a ‘pedra de toque’ à formação do cidadão do século XXI (KOBBER, 2004). Logo, nas Agendas dos BRICS, o horizonte da educação como referência de política pública para enfrentar as dificuldades de inserção do jovem no mercado de trabalho, reconduz a discussão da educação baseada nos princípios norteadores do capital humano, que por um lado questiona a qualidade do sistema de ensino, ao mesmo tempo em que o responsabiliza pela inadaptabilidade do aprendizado dos alunos às demandas de mercado. Fica clara essa visão quando nas ANTD sugerem a discussão sobre reorientação dos currículos escolares para atenderem as demandas de mercado. Assim, as duas categorias se completam, essa completude é onde mora o perigo, pois enquanto um lado responsabiliza o próprio indivíduo por sua baixa empregabilidade/competência, por outro, culpa o Estado por não fornecer um sistema de ensino de ‘qualidade’ condizente com as necessidades do mercado deixando à margem qualquer crítica ao modelo de produção em voga.

O segundo diagnóstico, isto é, Núcleo Temático, das demandas de políticas de juventude está no ‘combate à informalidade e o trabalho precário’, mediante o fomento ao empreendedorismo, mudanças na regulamentação trabalhista e ampliação da proteção social com política social focalizada. Trataremos as três categorias sob o mesmo prisma das anteriores. Nobre (2012) defende que para se estudar as políticas que fomentam o empreendedorismo é necessário conhecer primeiro o contexto em que o discurso do empreendedorismo surgiu e ter em mente que há duas modalidades de empreendedorismo (tipo oportunidade e tipo necessidade), uma para cada contexto:

Indivíduos que irão detetar [sic] precocemente uma oportunidade de negócio potencialmente lucrativa e acreditar que alcançarão maiores níveis de utilidade e rendimento caso se tornem empresários. São indivíduos dirigidos para o autoemprego, protagonistas de empreendedorismo de oportunidade de tradição schumpeteriana. Por outro lado, os agentes de empreendedorismo de necessidade procuram uma alternativa de empregos inadequados, ou mesmo à inexistência deles: há quem se veja arrastado pelas circunstâncias e ouse criar uma empresa, não

por identificar sagazmente a desejada janela de oportunidade de negócio, mas por instantânea necessidade (NOBRE, 2012, p. 03).

Segundo Nobre (2012) desde os clássicos Smith a Schumpeter (séc. XVII e XX), o conceito original de empreendedorismo é inovação. Os dois teóricos clássicos consideram a noção do empreendedorismo como um processo de criação destruidora capaz de revolucionar os padrões de produção. Entretanto, ao longo do tempo, a noção de empreendedorismo apresentou outras variações. Antunes (2006, p. 47) caracteriza-o como uma nova figura do mercado de trabalho que surgiu no final do século XX, e se configura como “formas ocultas de trabalho assalariado, subordinado, precarizado, instável, trabalho autônomo de última geração, que mascara a dura realidade da redução do ciclo produtivo”. Lira (2006, p. 139), afirma que a “informalidade era relacionada apenas às atividades de sobrevivência, na atualidade ela surge como fator vital ao capital, inserindo-se nas diversas áreas de trabalho e assumindo uma imagem ilusória de ‘opção de trabalho’, associada ao empreendedorismo”. Por fim, atualmente a definição mais recorrente sobre empreendedorismo é enquanto a criação do próprio negócio como forma de autoemprego e fazer face aos problemas com o desemprego e potenciar o crescimento econômico (NOBRE, 2012).

Nesse contexto permeado de processos de desconstrução das formas de trabalho o que se vê é o mundo do trabalho crescentemente precarizado associado a proliferação das mais distintas formas atípicas de alternativas de trabalho como: empreendedorismo, cooperativismo, associativismo, trabalho voluntário etc. (SILVA E SILVA; YAZBEK, 2006). Na realidade dos BRICS o setor informal absorve um grande número de ocupados em situação de vulnerabilidade e desempregados (GONÇALVES, 2019). Nesse caso, o Empreendedorismo no âmbito das ANTD representa estimular a formalização da população jovem em situação de informalidade e desemprego sob os preceitos do empreendedorismo individual do tipo necessidade. Ainda resta-nos analisar o empreendedorismo de iniciativa coletiva.

Segundo Antunes (2006, p. 47), as cooperativas são exemplos de trabalho atípico que em sua forma original “nasceram como reais instrumentos de luta e defesa dos trabalhadores contra a precarização do trabalho e desemprego” sendo originalmente criadas autonomamente por trabalhadores em oposição ao despotismo fabril e patronal. No entanto, na atual fase capitalista, as cooperativas representam verdadeiros autoempreendimentos que incorporam o discurso solidário sob a lógica do capital atuando para destruir os direitos sociais do trabalho, reduzir dos custos da empresa e intensificando a exploração e precarização da força de trabalho (ANTUNES, 2006). Para Barbosa (2006, p. 21), as formas de trabalho que envolvem pequenas unidades produtivas podem redundar em empreendedorismo no ramo da economia solidária e do cooperativismo:

(...) práticas econômicas populares que estão fora do assalariamento formal – como comércio ambulante, pequenas oficinas, serviços autônomos, artesanato, confecções de costura – englobando ações que são individualizadas e outras que

agrupam pessoas onde o sentido de coletividade precisa ser focado, provocando solidariedade na produção da atividade econômica propriamente. Aqui a *economia solidária* é entendida como uma modalidade de economia popular – de práticas econômicas de sobrevivência – que reúne grupos em associações, cooperativas ou pequenas empresas baseadas em cooperação e autogestão (itálicos da autora).

Assim, se historicamente as formas solidárias de ocupação representavam um instrumento de luta e minimização do desemprego estrutural, nas Agendas do BRICS essas formas de ocupação ganham espaço sob o argumento sua institucionalização. É nesse ponto onde as orientações de políticas de fomento ao empreendedorismo individual e coletivo coadunam com as orientações da Categoria ‘regulamentação trabalhista’, que no sentido trazido pelas Agendas se traduz em proposições de Leis que apoiem a institucionalização dessas formas atípicas de trabalho dentro da legislação dos respectivos países.

Deve-se ser esclarecido que, no capitalismo contemporâneo, modificar a regulamentação trabalhista significa promover a flexibilização nos contratos de trabalhos para atender às diferentes formas de contratação (GONÇALVES, 2019). Segundo Lira (2006), a constante descentralização da produção e deslocamento produtivo territorial impõe uma lógica predominante no curso das formas atípicas de trabalho. Gonçalves (2019) afirma também que a regulamentação trabalhista obedece a um processo muito complexo de deslocamentos produtivos que se inicia com a busca de vantagens na produção e seguem na busca por menores custos de trabalho e baixa regulamentação. Segundo Duarte e Salas (2016, p. 10), nas “condições atuais de baixo crescimento global, a busca de uma saída para a crise parece se concentrar em conseguir que novamente os trabalhadores arquem com os custos” [trabalhistas]. Nesse sentido, para os cinco países, alterar a regulamentação trabalhista para caber essas formas atípicas de trabalho também significa que haja flexibilidade nos contratos para atender às diferentes formas de contratação, o que representa retrocessos e impõe grandes desafios à classe trabalhadora, pois permite abrandar e precarizar os direitos sociais e trabalhistas à medida que reduz o custo capitalista com o trabalho.

Observando o que foi investigado até o presente momento, percebe-se que as ANTD da OIT busca desenvolver políticas de grande envergadura no mercado de trabalho dos cinco países. Em seu raciocínio, ao constatar que há elevado desemprego da população jovem, sugere que compete a este tornar-se empregável e ao Estado adequar as políticas educacionais às novas exigências do mercado. Da mesma forma, ao constatar que há uma parcela considerável de trabalhadores subempregados e/ou exercendo atividades à margem do mercado formal, sugere que a formalização das formas atípicas de trabalho se dê através do empreendedorismo, pois seria um catalizador desse contingente de trabalhadores à economia formal; ademais, soma-se a esta medida a sugestão ao Estado de novamente adequar o ambiente interno às exigências do mercado através de uma nova legislação trabalhista flexibilizada. Pela lógica das Agendas, o problema do desemprego jovem seria amenizado por tais ações. No entanto, é patente na literatura que ainda existe uma parcela

‘sobrante’ de trabalhadores que não serão absorvidos no processo produtivo. Segundo Lira (2006) sempre existirão os ‘excedentes’. Na literatura marxista, este grupo de excedentes é denominado ‘Exército Industrial de Reserva’ “e faz parte do subgrupo de ‘população estagnada’, trata-se dos chamados ‘sobrantes’ que representam aqueles trabalhadores com quase nenhuma chance de entrar/retornar ao mercado de trabalho” (LIRA, 2006, 135). É nesse ponto em que se encaixam as Políticas Sociais, como a ‘mãe’ da ‘Proteção Social com Política Social Focalizada’.

A Proteção Social com Política Social Focalizada, a terceira Categoria, ganhou legitimidade com o estabelecimento de um Sistema de Proteção Social, com Transferências de Renda Condicionada, e NÃO Condicionada. As Políticas Sociais Focalizadas surgiram no momento histórico marcado pelos processos de financeirização, reestruturação capitalista e automatização da produção mantendo trabalhadores permanentemente desempregados por muito tempo. Pochmann (2002, p. 62) acerca da focalização das Políticas Sociais reforça que o “sentido neoliberal das reformas no Sistema de Proteção Social implicou ajustes no gasto público (...). O fortalecimento de programas assistenciais influenciou a mudança na composição do gasto social, com a elevação dos recursos nas áreas assistenciais e redução em áreas universais” respectivamente, transferências de renda de um lado, saúde e educação de outro.

Assim, essa nova concepção de sistema de bem-estar, representa um formato de manutenção de redução dos riscos de convulsão social focalizando numa população de grande vulnerabilidade à margem da sociedade do consumo (LI, 2016), através de transferências de renda. Segundo Li (2016), os programas de transferências de renda é uma realidade em muitos países. Do ponto de vista das Transferências de Renda Condicionadas estas acontecem num âmbito onde a população beneficiária é condicionada a participar de alguma atividade determinada pelo desenho da própria política à percepção de algum benefício monetário, que vai desde permanecer no sistema de ensino formal, ou participar de atividades de capacitação e qualificação, entre outras (GONLÇALVES, 2019). Já a Transferência de Renda NÃO Condicionada é uma espécie de renda de cidadania adotada com a finalidade de combater dificuldades de inserção no mercado de trabalho sem a obrigatoriedade de vincular o beneficiário a alguma atividade laboral (LI, 2016), ou seja, as Políticas de Transferência de Renda Condicionada incidem sobre um tipo de trabalho que pode ser capacitado e, de alguma forma, se (re)inserir no sistema produtivo, por outro lado, as Políticas de Transferência de Renda NÃO Condicionada focaliza uma população de extrema vulnerabilidade, com baixa perspectiva de (re)inserção no sistema produtivo, à margem da sociedade do consumo.

Portanto, colocando em uma perspectiva maior, a impressão que fica, é que as PMTJ da ANTD estão querendo passar uma ‘mensagem’ à maior força de trabalho jovem no mundo, dizendo o seguinte: Vocês jovens estão desempregados ou por sua culpa ou pela ineficiência do Estado. Logo, vocês devem sempre se manter empregáveis [estando na escola, participando de cursos de

qualificação e capacitação profissional] para quando o momento chegar. Mas se vocês ainda estão desempregados, mesmo se mantendo empregáveis, isso se dá pelo motivo da má qualidade do ensino público, e isso pode ser resolvido caso o Estado reforme o sistema de ensino para adequá-los ao que o mercado necessita. Mas, enquanto isso, vocês também podem resolver o problema de desemprego sozinhos sendo empreendedores, donos do seu próprio negócio. No entanto, o Estado também deve rever suas leis trabalhistas para adequá-la as novas formas de trabalho ‘modernas’, só assim, vocês jovens poderão ‘escapar’ da precarização e informalidade. Mas, para aquela parcela da juventude que infortuitamente não têm meios para ser empreendedor e ainda conta com dificuldades de inserção no mercado de trabalho, esta deverá procurar o serviço de assistência social do Estado para receber ‘ajudas monetárias’ via transferência de renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentou uma análise de viés crítico acerca das Categorias presente no conteúdo das Agendas Nacional de Trabalho Decente da Organização Internacional do Trabalho que orientou o desenho das Políticas Públicas de Mercado de Trabalho para a Juventude nos países Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul entre os anos 2000 a 2019.

Os resultados apresentados indicam que, no período de inclusão das ANTD nestes países, os mesmos lograram bons índices de crescimento econômico, não é a toa que ganharam protagonismo internacional graças a esta façanha e se aglutinaram em um forte grupo econômico contra-hegemônico denominado de BRICS. No entanto, as referências abstraídas sobre o perfil dos jovens nas ANTD relatavam um cenário clássico de condição de vulnerabilidade da juventude em tempos recentes, com cenário cheio de percalço e problemas inerentes desde as dificuldades de transição da escola para o trabalho, até os problemas com situações de informalidade e precarização no trabalho. Ou seja, mesmo os países contando com situações relativamente confortáveis de crescimento e desenvolvimento, a juventude ainda é uma população em situação de vulnerabilidade. A Análise de Conteúdo das ANTD identificou que os temas/núcleos temáticos que englobam as orientações das PMTJ nos países BRICS pautam em ações que visem ‘melhorar a transição escola-trabalho’ (tema 01) e ‘combater a informalidade e o trabalho precário’ (tema 02).

Assim viu-se que as ações orientadas às PMTJ referentes ao primeiro tema visam: 01) Aumento da empregabilidade (via qualificação e/ou formação profissional dos jovens e aquisição de experiência profissional via estímulo ao estágio); 02) Alterações no sistema de ensino (via reforma ou modernização de acordo com as demandas de mercado e aumentar o investimento em educação de acordo com as áreas estratégicas ditadas pelo mercado). Quanto às ações orientadas às PMTJ referentes ao segundo tema, estas visam: 01) Incentivar o Empreendedorismo (para aumentar a formalização do trabalho, concedendo estímulos fiscais e financeiros para empreendimentos de

iniciativa individual - Micro, Pequena e Média Empresa - e coletiva - economia solidária, cooperativas e agricultura familiar); 2) Regulamentação trabalhista (Leis e políticas que facilitem a formalização do trabalhador e a manutenção do ambiente e saúde do trabalhador em padrões laborais seguros); 03) Proteção social com políticas assistenciais focalizadas (Proteger os trabalhadores e o trabalho precário através das transferências de renda mínima condicionada e não condicionada com ou sem a contrapartida da participação em alguma atividade laborativa).

Percebe-se que trata-se de políticas de grande envergadura para dar resposta às demandas de juventude. Isto é mais do que imperioso e justo. Mas, o que está posto como resposta nestas Agendas não contribui à solução do problema, pelo contrário, acortina a raiz do problema de desigualdade, pobreza e exploração da força de trabalho jovem. Tal constatação pode ser legitimada por duas perspectivas. Primeiro, no âmbito micro essas Categorias em última instância, incentivam a otimização da produtividade dos indivíduos, a reformulação do aparato estatal incorporando os interesses do mercado de barateamento dos custos e aumento da taxa de lucro, pois o discurso é que o problema está, ou no Estado ineficiente, ou no indivíduo pouco competente. Já no âmbito macro pode-se observar movimentos de determinadas formas de governança internacional, através da incorporação e adequação de interesses divergentes que fortalecem algum discurso/ideia hegemônico capaz de direcionar as políticas para algum caminho específico e único. Não custa nada lembrar do relatório do Banco Mundial elaborado em 2007 informando que os jovens serão os pais, trabalhadores e líderes do futuro e que se precisa investir em políticas públicas que oriente o ‘caminho certo’ a seguir, já que políticas de juventude são políticas intergeracionais.

Portanto, ao questionar-se “onde está o perigo nas Categorias das ANTD que orientam as PMTJ?” Conclui-se que os entes tripartites da OIT estão sob a mesma pressão ideológica hegemônica neoliberal e recomendam ações que implicam o uso de Categorias dessa ideologia e promovem a homogeneização de políticas de distintos países [por isso usou-se os BRICS como *locus* de investigação] promovendo a continuidade da reprodução das desigualdades sem questionar as causas da pobreza e as conseqüências patológicas da acumulação capitalista, ao mesmo tempo em que contribui para distencionar os distúrbios/inconformação social.

As contribuições postas neste trabalho também deixam uma interpretação de que há possibilidades de assegurar espaços onde os jovens possam contribuir para atividades de construção da Nação que vislumbrem ideologias contra-hegemônicas voltadas à reconfiguração das relações de produção e reprodução, tão necessárias no mundo pós-pandemia, que questione sobre o mundo do trabalho, a vida da classe trabalhadora e a superação. Por fim, a homogeneização das PMTJ em torno de uma ideia [que pretende ser hegemônica], é possível, como também é possível elaborar grandes políticas de juventude que caminham na contra-mão do pensamento hegemônico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, J. **Manual de Investigação qualitativa em educação**. 3ed. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra. 2017.
- ANTD. Agenda Nacional de Trabalho Decente. BRASIL. OIT. Brasília. 2006.
- ANTUNES, R. **As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais**. In: SILVA e SILVA, M. O da. YAZEBEK, M. C. Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo. Cortez. FAPEMA São Luís. 2006.
- BANCO MUNDIAL. **Dados Abertos do Banco Mundial. World Bank Open Data**. Disponível em <https://data.worldbank.org/>
- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2007: O desenvolvimento e a próxima geração**; Banco Mundial. Washington D.C. 2006. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2007/Resources/1489782-1158107976655/overview-po.pdf> Acesso em mar. 10 de maio de 2016.
- BARBOSA, R. N. de C. **Economia Solidária: estratégias de governo no contexto de desregulamentação social do trabalho**. In: SILVA e SILVA, M. O. da. YAZEBEK, M. C. Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo. Cortez. FAPEMA São Luís. 2006.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. SP: Edições 70, 2011
- BAUMMAN, Z. **Sobre Educação e Juventude**. Rio de Janeiro. Zahar. 2013
- DUARTE, Christian. SALAS, Carlos. **As novas e velhas máscaras da terceirização no capitalismo contemporâneo**. Carta Social e do Trabalho nº 34. CESIT. Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho. Instituto de Economia. UNICAMP. Campinas. 2016. p. 1-12. Disponível em <http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/10/Carta-Social-e-do-Trabalho-34.pdf>. Acesso em: 18 de jul. de 2019
- DWCP-Decent Work Country Programme – CHINA. ILO. Beijing. 2006.
- DWCP-Decent Work Country Programme – Índia. ILO. New Delhi. 2007.
- DWCP-Decent Work Country Programme – Índia. ILO. New Delhi. 2013a
- DWCP-Decent Work Country Programme – CHINA. ILO. Beijing. 2013b.
- DWCP-Decent Work Country Programme – República of South África. ILO. Pretória. 2010.
- FRIGOTTO, G. **Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática**. IN: GENTILI, P. A.A. SILVA, T. T. da S. (orgs.). Neoliberalismo, qualidade total e educação: Visões Críticas. Editora Vozes. Petrópolis. 2002.
- GENTILI, P. **Educar para o Desemprego: a desintegração da promessa integradora**. In: FRIGOTTO, G. (Org.). Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de Final de Século. 2ª edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998
- GONÇALVES, W. M. C. de M. **As políticas de mercado de trabalho para a juventude na Agenda de Trabalho Decente dos países BRICS**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/28622> Acesso em: 10 de jan. 2023
- ILO - International Labour Organization. **The Labour Provisions of the Peace Treaties**. Geneva. 1920. Disponível em: https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/1920/20B09_18_engl.pdf Acesso em 24 de abr. de 2019.
- KOBER, C. M. **Qualificação profissional: uma tarefa de Sísifo**. Campinas. Autores Associados. 2004. (Coleção Educação Contemporânea)
- LI, C. **Emprego e bem-estar social na era da inteligência artificial**. Carta Social e do Trabalho nº 34. CESIT. Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho. Instituto de Economia.

- UNICAMP. Campinas. 2016. p. 13-22. Disponível em <http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/10/Carta-Social-e-do-Trabalho-34.pdf>. Acesso em: 18 de jul. de 2019
- LI, X. **Conceituando o nexo de “Hegemonia Interdependente” entre as ordens mundiais existentes e emergentes.** In: LIMA, Marcos Costa. Org. Sobre a China. Ed. UFPE. Recife, 2018.
- LIRA. **Trabalho Informal como alternativa ao desemprego: desmistificando a informalidade.** In: SILVA e SILVA, M. O. da. YAZEBEK, M. C. Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo. Cortez. FAPEMA São Luís. 2006.
- MELO. W. M. C. de. **Políticas Públicas de Emprego para População Jovem no Brasil no período neoliberal: gênese, desenvolvimento e perspectivas.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós graduação em Desenvolvimento Socioeconômico. Universidade Federal do Maranhão. São Luís. 2012.
- NERI, M. C. **Os emergentes dos emergentes: reflexões globais e ações locais para a nova classe média.** Centro de Políticas Sociais. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 2011. Disponível em: <https://cps.fgv.br/pesquisas/os-emergentes-dos-emergentes-reflexoes-globais-e-acoes-locais-para-nova-classe-media>. Acesso em 18 de mar. de 2016.
- NOBRE. N. **(Des) emprego e empreendedorismo: repensar as políticas públicas.** Configurações Revista de Sociologia. 10. 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/configuracoes/1410> Acesso em 15 de jul. 2019.
- OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Progress in implementation of decent work country programmes.** Committee on Technical Cooperation. 297th Session. Geneva, November 2006. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_mas/---program/documents/genericdocument/wcms_561922.pdf. Acesso em 08 de mar. 2018
- PNTD-**Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente – BRASIL.** OIT. Brasília. 2010.
- POCHAMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século.** 3.ed. São Paulo. Contexto. 2002. (Coleção Economia).
- PRONI, M. W. ROCHA, T. T. da. **A OIT e a promoção do Trabalho Decente no Brasil.** Revista ABET – vol. IX – n. 1/2010. Disponível em <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/abet/article/view/15486/8849>. Acesso em 18 de jan. 2018.
- RAMOS, L. C. S. **Hegemonia, Revolução Passiva e Globalização.** Belo Horizonte. Puc Minas, 2013
- SILVA e SILVA, M. O. da. YAZEBEK, M. C. **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo.** Cortez. FAPEMA São Luís. 2006.
- SOUSA, S. de M. P. S. PEREIRA, M. E. F. D. **A apropriação da noção de competência nas políticas de educação profissional desenvolvidas no Brasil a partir dos anos 1990.** In: SILVA e SILVA, M. O. da. YAZEBEK, M. C. Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo. Cortez. FAPEMA São Luís. 2006.
- SOUZA, L. M. **Três ensaios sobre Avaliação de Políticas Públicas.** EDUFRRN. Natal. 2014. Coleção Ciências Sociais 2.
- VASILIOUK, T. **Decent Work Country Report - The Russian Federation.** ILO. Moscow. 2008. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/documents/meetingdocument/wcms_359814.pdf. Acesso em 22 de jul. 2017.